



DECLARAÇÃO

1- **José Manuel Bugalhão Carrilho**, titular do Cartão de Cidadão nº 04754651, residente em Rua Maria Fogaça, nº 62, 3100 – Pombal na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e representante legal de **SICÓBRITA – EXTRACÇÃO E BRITAGEM DE PEDRA, S.A.**, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do Contrato a celebrar na sequência do Concurso Público de Fornecimento Continuado de Inertes para o Concelho de Pombal – Processo Nº 003_CPB_SA_16, declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos que junta em anexo:

- a) Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos
- b) Proposta de Preços
- c) Memória Descritiva das características Técnicas e Qualitativas dos Produtos
- d) Nota Justificativa de Preços
- e) Declaração de Compromisso de Stock mínimo diário

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) – Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) – Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a honorabilidade profissional, bem como qualquer titular dos órgãos sociais de administração;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, bem como qualquer titular dos órgãos sociais de administração;
- d) – Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) – Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) – Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45º da Lei nº 18/2003, de 11 de Junho, e no artigo 460º do Código dos Contratos Público;
- g) – Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do Artigo 627º do Código do Trabalho;
- h) – Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, da sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal;
- i) – Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, bem como qualquer titular dos órgãos sociais de administração:
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº1 do artigo 2º da Acção Comum nº 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº1 do artigo 3º da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;



iii) Fraude, na acepção do artigo 1º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1º da Directiva nº 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) – Não prestou a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento;

5) – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada, ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos público, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal;

6) - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e i) do nº 4 desta declaração;

7) – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do numero anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinara aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 13 de Maio de 2016

Sicobrita - Extração e Britagem de Pedra, SA

A Administração